

RELATÓRIO DA MISSÃO DE SERVIÇO AO MUNICÍPIO DO MAIO DE 14 A 17 DO MÊS DE MAIO DE 2022

Como previamente programado, o Provedor de Justiça e a sua equipa realizaram uma missão de serviço ao município do Maio de 14 a 17 do mês de maio. Assim, com o presente relatório, pretende-se dar a conhecer o desenrolar da mesma, os contactos estabelecidos, bem como os resultados obtidos.

Equipa da missão de serviço: Senhor Provedor de Justiça, Dr. Gerson Soares, Dr. Sérgio Duarte, Dr.^a Dulcinea Mesquita e Dr.^a Ineida Corsino.

Motivação: Identificação de mecanismos de diálogo e cooperação com os órgãos municipais, serviços desconcentrados do Estado e ONG's naquele Município.

A missão decorreu durante 3 (três) dias, e permitiu encontros com o Presidente da Câmara do Maio e sua equipa, Associação dos Jovens Empresários da Ilha do Maio, forças vivas no Concelho, visita aos serviços desconcentrados do Estado e aos povoados, bem assim uma conversa aberta com os alunos da Escola Secundária Horace Silver.

Para conhecimento e demais efeitos, segue o resumo das atividades desenvolvidas durante a missão:

Encontro com a Direção da Associação dos Jovens Empresários da Ilha do Maio e operadores locais



Fig.1 Encontro com a Direção da Associação dos Jovens Empresários da Ilha do Maio e operadores locais

O encontro com a Direção da Associação dos Jovens Empresários da Ilha do Maio e com operadores locais teve lugar no dia 14 de maio, sábado, no Salão Nobre Isaac Pinheiro da Assembleia Municipal, sito na cidade do Porto Inglês.

O mesmo iniciou-se com uma breve apresentação do Órgão Provedor de Justiça, e da equipa de colaboradores, pelo Senhor Provedor de Justiça, Dr. José Carlos Delgado, que logo de seguida explicou as razões que o levaram a escolher um fim-de-semana para dar início a uma visita de trabalho à ilha do Maio, e que se prendiam, essencialmente, com a calendarização das ligações aéreas Santiago-Maio.

Explicando a função essencial e competências do Órgão, sublinhou que o mesmo deve ter a disponibilidade para ouvir e atender às queixas e dificuldades vivenciadas pelos cidadãos, para, através da sua influência e poder de persuasão, levar as preocupações às autoridades competentes, fazendo, nomeadamente Recomendações legislativas ou de melhoria da ação administrativa para a sua resolução, dando, no caso concreto, o seu contributo para a melhoria do ambiente de negócios na Ilha do Porto Inglês.

Após a intervenção do Provedor de Justiça, o presidente da Associação usou da palavra para, em nome dos empresários locais, agradecer a presença do mesmo e da sua equipa, pela iniciativa e disponibilidade em se reunir com os operadores económicos da ilha.

Todos os empresários e operadores económicos presentes no encontro, pronunciaram-se sobre as suas dificuldades e constrangimentos do dia-a-dia, trazendo os mesmos ao conhecimento do Provedor de Justiça, no intuito de vê-los resolvidos.

Dos constrangimentos levantados pelos presentes, destacam-se as queixas contra a empresa concessionária de transportes marítimos, “CV Interilhas” que, no dizer dos operadores, não se responsabiliza pelas cargas, entretanto entregues na proveniência com uma determinada data de viagem e que não se realizando a viagem no dia programado, verifica-se a degradação das mercadorias à sua chegada ao destino essencialmente frescos e congelados. Acresce-se o facto de muitas vezes não sendo possível o cumprimento dos prazos acertados entre a empresa e os operadores, estes vêm acumulando perdas consideráveis, nomeadamente quando têm outros compromissos com os seus clientes.

Assim, no entender dos mesmos, a CV Interilhas deveria dispor de condições adequadas para o armazenamento e transporte de frescos, congelados, e mercadorias que requerem algum cuidado, particularmente no que toca a medicamentos, ou então, não dispor de tais condições e/ou não realizando as viagens nas datas programadas, deveria assumir a responsabilidade pelas perdas verificadas. A

questão do adiamento de viagens, sem aviso prévio e em tempo razoável, pela mesma empresa, tem igualmente causado constrangimentos aos operadores e público em geral.

Outras dificuldades levantadas na reunião com a Associação dos Jovens Empresários, prendem-se com o programa de créditos bonificados da Pró Empresa, através da Pró Garante, que, apesar das várias campanhas de promoção e informação realizadas na Ilha do Maio, pelas próprias entidades em questão, não tem avançado, nem surtido os efeitos anunciados e desejados, criando falsas expectativas junto dos mesmos.

Algum sentimento, qualificado de discriminação, no relativo a apoios sociais e venda de lotes de terreno, por parte da Camara Municipal do Maio, da falta de água verificada em algumas localidades, e de alguma atuação rígida nas ações de fiscalização da IGAE, mereceram, igualmente, considerações presentes.

O Provedor de Justiça exortou a que os empresários e operadores económicos se aproximassem dele, com as suas queixas, no momento da verificação do ato injusto, tendo ainda informado que as várias questões levantadas no encontro, seriam levadas ao conhecimento das respetivas entidades competentes e tratadas em sede própria. Concluiu que atividades podem ser desenvolvidas pelo Provedor de Justiça na Ilha do Maio, igualmente, através da Associação, que pode servir como canal de acesso ao Provedor de Justiça, na ilha.

Visita ao Centro de Saúde e um encontro com a respetiva Direção

A visita foi realizada no dia 15 do mês de maio, tendo como propósito conhecer a organização, forma de funcionamento, bem assim os desafios deste estabelecimento de saúde. O Provedor de Justiça e a sua equipa foram recebidos pelo Delegado de Saúde substituto, falecido Dr. Kevin da Silva, e Administrador do Centro, Dr. Franklin Tavares. Este Centro é servido por 2 (dois) médicos (clínicos gerais) residentes, um dos quais exerce, em acumulação, a função de Delegado de Saúde, estando concebido para atender a demanda ao nível de saúde em toda a Ilha.

A visita guiada às instalações permitiu-nos verificar que as mesmas são ótimas e razoavelmente bem equipadas. Por conseguinte, do encontro tido com a Direção, o reforço em Recursos Humanos, nomeadamente pelo menos mais um clínico geral, uma ginecologista, um fisioterapeuta, um dentista, um assistente social, é um desafio a ser vencido por forma a tirar melhor proveito da capacidade infraestrutural instalada e dar vazão, de forma plena, à demanda da população da Ilha do Maio, distribuída em 13 povoados.



Fig.2 Encontro com a Direção do Centro de Saúde da ilha do Maio

Visita aos povoados da ilha do Maio

No dia 15 de maio, o Provedor de Justiça e sua equipa efetuaram uma visita aos diversos povoados da Ilha do Maio.

No decurso da visita foi possível ter uma visão de conjunto, embora sem informação mais aprofundada, das diversas obras, tanto do Governo central, quanto da autarquia local, realizadas na ilha.

Foi gratificante constatar a boa rede de estradas construídas e bem mantidas (*estrada nacional EN 3-MA-01, estradas de penetração e obras de calcetamento*) pelos povoados visitados, nomeadamente em Morro,

Calheta, Morrinho, Cascabulho, Pedro Vaz, Alcatraz, Pilão Cão, Figueira, estradas essas que, certamente, constituem um fator de desenvolvimento para as populações da Ilha.

As obras de drenagem de águas pluviais realizadas pela Câmara Municipal do Maio na localidade de Calheta, placas desportivas e pracetas públicas bem mantidas, distribuídas por várias localidades, também vieram prestar melhor qualidade de vida aos locais, e não só.

Foi igualmente possível experimentar, “*in loco*”, a questão da info-exclusão, que efetivamente se verifica em algumas localidades, sem cobertura de rede de telecomunicações, facto que, posteriormente, viria a ser trazido à colação, pelo senhor presidente da Câmara Municipal do Maio.

Encontro com o Executivo Camarário e Eleitos Locais



Fig.3 Encontro com o Executivo Camarário e Eleitos Municipais

No dia 16 de maio, o Provedor de Justiça e a equipa foram recebidos pelo Presidente da Câmara Municipal do Maio, Dr. Miguel Silva Rosa, e pela sua equipa composta por:

- Sandra Patrícia Santos Borges Silveira (*Presidente Substituta / Vereadora dos Pelouros: -Equidade do Género; Habitação Social; Família e Ação Social; Saúde; Atividades Económicas*);
- Carlos Honório Tavares (*Vereador dos Pelouros: Juventude; Desporto; Cultura; Saneamento; Transportes*);
- Emílio Cardoso Rocha Ramos (*Vereador dos Pelouros: Educação; Tecnologia e Inovação; Comunicação e Informação; Sustentabilidade Ambiental; Toponímia*) e
- Suzy Cardoso (*Secretária da Assembleia Municipal*).

Esteve presente, também, os Eleitos Municipais:

- Ângela Silva dos Reis Lopes (*eleito municipal - bancada do MPD*) e
- Manuel Jovino Gomes (*líder da bancada do PAICV na Assembleia Municipal do Maio*).

O Provedor de Justiça começou por cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal e os demais presentes, apresentou a equipa da Provedoria de Justiça que o acompanhava, agradeceu pelo acolhimento e apoio institucional por parte da edilidade Maiense.

Realçou a finalidade da missão à ilha do Maio, enquanto estratégia de aproximação do órgão Provedor de Justiça com as autoridades Locais, no sentido de conhecer os problemas que afetam os municípios e mostrou a disponibilidade deste órgão de ser um auxiliar, mais uma voz que se junta ao executivo camarário, na resolução dos problemas de diversa índole que tenham ou que venham a ter;

Enfatizou os encontros e visitas já realizados, nomeadamente, com os Jovens empresários da ilha do maio e ao Centro de Saúde do Maio, realçando as inquietações / dificuldades enfrentadas pelos mesmos.

Foram apresentadas as linhas gerais da proposta do novo Estatuto do Provedor de Justiça, cujas inovações irão alargar o âmbito de atuação do Provedor de Justiça. Foi igualmente abordada a utilidade dos Pontos Focais para resolução das queixas que dão entrada na Provedoria de Justiça e que visam o Município.

Fez-se Abordagem genérica sobre as áreas sociais que têm merecido atenção do Provedor (*idosos, crianças, deficientes, reclusos*).

O Presidente da Câmara Municipal do Maio, Dr. Miguel Silva Rosa, também, apresentou a equipa e destacou algumas questões pertinentes para o desenvolvimento da ilha do Maio, nomeadamente:

- **Melhoria das infraestruturas de distribuição e armazenamento de água** - ressaltou que o maior problema enfrentado é a carência/melhoria das infraestruturas existentes, e este problema veio agravar ainda mais com a diminuição do lençol freático, isto devido aos efeitos devastadores da seca no arquipélago. Para amenizar esta situação, segundo a edilidade, foi tida chegada uma equipa das Canárias que auxiliará na melhoria das infraestruturas, sendo, construção e reabilitação dos reservatórios de água, reativação da dessalinizadora do Pedro Vaz e alteração dos velhos contadores.
- **Dificuldade na obtenção de crédito bonificados da Pró Empresa** - frisou que as ilhas ditas periféricas, com um mercado menor, têm tido problemas em relação ao financiamento; muitas vezes, não tem a ver com a Pró Empresa em si, mas sim, com a banca; acredita que é um problema que deve ser resolvido através de decisões políticas;
- **Problema de operacionalidade e ausência de indemnização por parte da CV Interilhas** - realçou que houve melhorias em relação a frequência da ligação, no entanto, a empresa tem apresentado problemas quando há falhas e/ou incumprimento por parte da mesma;
- **Necessidade de reforço em Recursos Humanos ao Centro de Saúde** - salientou que se trata de uma ilha com pouca população (*7.000 habitantes*), mas, que distribuída em povoados dispersos, razão pela qual, há essa necessidade de reforçar a ilha, portanto, com mais um médico, bem como, especialistas (*fisioterapeuta entre outras*);
- **Info-exclusão** - enfatizou que neste momento, a ilha tem um problema de cobertura de rede móvel. O edil afirma que tem feito pressão sobre as duas operadoras existentes no país. Acrescentou que, apesar de se tratar de uma ilha plana, mesmo a cidade de Porto Inglês tem problemas de “sombra” da ligação

e há povoados que não têm cobertura de rede móvel. Informou que o município tem um projeto «*Maio digital*» que vai depender muito da rede móvel;

- **Pessoas em situações vulneráveis** (*ilhas vulneráveis / ou mais vulneráveis*) - o edil acredita no poder de influência do Provedor de Justiça, junto das Autoridades Nacionais, no sentido da discriminação positiva dessas ilhas;
- **Necessidade de revisão da Legislação Autárquica** - salientou que é mister que haja reforço do poder municipal;
- **Desafio do desenvolvimento** - reconhece o investimento por parte do Governo, mas, no entanto, realça a necessidade do reforço das transferências do Governo para o município; entende que os municípios dependem cada vez mais da conjuntura sócio-política, razão pela qual, defende que os mesmos devem ter receitas (*com uma previsibilidade*) que não depende da vontade política;

O líder da bancada do PAICV, na Assembleia Municipal do Maio, Dr. Manuel Jovino Gomes, enalteceu a visita do Provedor de Justiça à ilha do Maio, tendo, no entanto, chamado a atenção para a necessidade de uma maior divulgação das atribuições do Órgão Provedor de Justiça e expôs, também, algumas questões pertinentes:

- **Situação económica difícil das mães de crianças portadoras de deficiência** - na qualidade de representante da Rede Local de Combate e prevenção contra Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na ilha do Maio, bem como, representante da Acrides (*faz parte da Associação «Maio de mãos dadas»*), ressaltou que as mães com crianças portadoras de deficiência tem tido dificuldades financeiras; acrescentou que as referidas entidades que representa têm estado à procura de financiamento para um projeto que permite que essas mães possam trabalhar a partir de casa / ou mais perto de casa (*possível*); no tocante ao tratamento destas crianças com especialistas, acrescentou, ainda, que essas mães têm poucos recursos financeiros para custear as sessões de fisioterapia;
- **Necessidade de existir um Nutricionista na ilha do Maio** - enfatizou que, uma grande parte das crianças portadoras de deficiência têm tido problemas dentários, razão pela qual carecem de uma alimentação especial;

- **Ordem dos Advogados** - realçou que os cidadãos têm se dirigido à Ordem dos Advogados, mas, no entanto, há advogados que não aceitam as respetivas causas levando em conta o não pagamento de honorários por parte do Ministério da Justiça (*alegadas dívidas desde o ano de 2019*);
- **Necessidade de divulgação do Órgão Provedor de Justiça** - ressaltou que a criação de pontos focais é relevante, mas, os maienses desconhecem os pontos focais da Provedoria na ilha;
- **Problema de operacionalidade da CV InterIlhas** - salientou que os constrangimentos vivenciados pelos cidadãos já são do conhecimento dos órgãos da comunicação social; acrescentou, ainda, que foram feitas várias diligências junto dos responsáveis da empresa, mas, foram tratados de forma desrespeitosa;
- **Económico** - falta de água na ilha, podendo a dessalinização ser talvez a solução, dado ao mar que nos rodeia.
- **Pró-Empresa / Pró-Garante** – não existe sintonia entre a Pró-Garante e os financiadores. Há jovens que receberam formação para criação de pequenas empresas, mas, pouco deles conseguiram colocar em prática o conhecimento adquirido. Considera ser útil a criação, na Câmara Municipal, de um Gabinete de sensibilização e informação sobre os procedimentos para uma melhor organização na obtenção de créditos.

O Vereador, Dr. Emílio Cardoso Rocha Ramos, enfatizou que é ponto focal na Provedoria de Justiça, junto da Câmara Municipal da Ilha do Maio e reforçou alguns pontos anteriormente apresentados, nomeadamente, a info-exclusão e Maio-Digital, um projeto que ambiciona transformar a ilha do Maio na primeira ilha digital da CPLP; realçou que há necessidade de ser feito um trabalho, a nível local, por parte do ponto focal, para que a população possa conhecer as atribuições do Provedor de Justiça

O Provedor de Justiça reconheceu a necessidade de uma maior divulgação do Órgão nas comunidades / povoados e se prontificou a reunir com o Diretor da CV InterIlhas, bem como, estabelecer a ponte entre a Câmara Municipal e as entidades públicas dos quais a Provedoria de Justiça dispõe de pontos focais.

Visita à Polícia Nacional; Delegações do MAA, ME e Finanças/ICCA/Conservatória dos Registos e Notarial do Maio

Da visita realizada aos diversos serviços desconcentrados do Estado verificou-se que os mesmos dispõem de boas instalações, estando os respetivos responsáveis e colaboradores engajados na assunção das suas responsabilidades profissionais.

Todavia, pela notória complexidade do sector social, aqueles responsáveis reivindicam, no geral, mais meios humanos para melhor responderem às demandas nas suas áreas de atuação, sendo que:

- O Subchefe da Polícia Nacional da ilha, Paulo Silva, que faz as vezes de Comandante, nas ausências deste, realçou a necessidade de reforço em efetivos e meios materiais, visando o melhor desenvolvimento da missão da Polícia Nacional na ilha;
- A Delegada do Ministério da Agricultura e Ambiente, Teresa Silva Tavares, salientou que se deve regularizar o vínculo laboral de vários técnicos contratados desde 2009 (*nomeação definitiva / promoção*), apontando, ainda, a situação precária dos viveiristas, os quais auferem uma remuneração de jornaleiros, e não beneficiam da previdência social;
- O inspetor de finanças, Wanderley Querido, realçou que o maior constrangimento do sector e de atualidade na ilha, tem a ver com a implementação da fatura eletrónica (*E-fatura*), que deveria ter começado a 02 de Junho de 2022. Avançou que muitos comerciantes, de pequenas dimensões ou com alguma idade, muito provavelmente terão dificuldades na implementação desta inovação. Primeiramente porque muitas vezes o volume de negócios é tão pequeno que implementar a fatura eletrónica com os custos daí advenientes – por exemplo, terão de contratar um técnico de contas, ou adquirir equipamentos adequados o que – pode representar perdas para os mesmos. Em segundo lugar, alguns desses operadores não estão na disposição de passar por esta transformação digital, correndo-se assim o risco de paralisar o negócio e representando, conseqüentemente, este bloqueio, um grande problema para os mesmos e para a comunidade onde se encontram;

- O Coordenador da unidade do ICCA, Mário Fernandes, frisou a necessidade da existência de meios materiais (*cadeiras adaptadas*) para atender às crianças deficientes que estão fora do sistema da educação. Chamou atenção para os seguintes aspetos: (i) o facto de atualmente não existirem denúncias sobre abuso sexual de menores junto ao ICCA, bem como do Ministério Público, o que dificulta a ação dessas duas instituições; (ii) a necessidade de ser feito um trabalho no seio das famílias apelando para uma maior responsabilidade para com as crianças (filhos); (iii) incumprimento dos pais no pagamento da pensão de alimentos;
- O Conservador substituto, Emanuel Alves, chamou a atenção para o reforço dos recursos humanos para que possam dar vazão aos serviços existentes, para além do registo predial, (*processo de emissão do CNI, entre outros*); acrescentou, ainda, que foi lançado um concurso para recrutamento Oficial Ajudante, ao nível nacional, no ano de 2020, o qual se encontra paralisado.



Fig. 4 Visita Esquadra Polícia Nacional



Fig. 5 Visita Delegação MAA



Fig. 6 Visita Delegação Ministério da Educação



Fig. 7 Visita Delegação Ministério das Finanças



Fig. 8 Visita ao ICCA



Fig. 9 Visita Conservatória dos Registos e Cartório Notarial

Conversa aberta com os alunos da Escola Secundária *Horace Silver*



Fig. 10 Conversa aberta com os alunos da Escola Secundária Horace Silver

No dia 16 de maio, o Provedor de Justiça e sua equipa efetuaram uma visita ao Liceu Horace Silver, na Cidade do Porto Inglês, durante a qual proferiram uma palestra aos alunos, professores e funcionários daquele estabelecimento de ensino sobre o papel e as competências deste importante Órgão Constitucional que é o Provedor de Justiça, tendo sido socializadas as formas de apresentação das queixas, bem assim os canais de acesso ao mesmo.

Encontro com as forças vivas da ilha do Maio



Figura 11 Encontro com as forças vivas da ilha do Maio

No encontro com as Forças Vivas da ilha, que se realizou no dia 16 de maio, segunda-feira, por volta das 17 horas, também nas instalações do salão nobre Isaac Pinheiro da Assembleia Municipal, para além de todos os representantes dos serviços desconcentrados do Estado, já visitados pelo Provedor de Justiça e equipa, durante a manhã do mesmo dia, compareceram, ainda, colaboradores/representantes da ASA - Aeroportos e Segurança Aérea e da única Farmácia presente na Ilha.

O encontro decorreu num clima muito cordial e descontraído, tendo o senhor Provedor de Justiça, em jeito de balanço, começado por fazer, de forma sintética, um relato e avaliação geral dos diversos problemas e dificuldades trazidas ao seu conhecimento, no decurso dos vários encontros antes realizados.

Os participantes, fazendo uso da palavra, salientaram, uma vez mais, os problemas causados pela CV Inter Ilhas, especialmente no tocante ao acondicionamento/armazenamento de mercadorias mais sensíveis, no caso concreto, de medicamentos, e da preocupação atual e reinante na Sociedade Maiense, relativamente à subida generalizada de preços.

Foi igualmente ressaltado o problema verificado com a calendarização/gestão do polivalente municipal, sito na cidade do Porto Inglês, que vem causando alguma celeuma entre os jovens que procuram essa infraestrutura desportiva e de lazer. De referir que este facto já tinha sido levado, pelo senhor Provedor de Justiça, ao conhecimento da equipa municipal, que se comprometeu a analisar a situação e a resolvê-la, assim que possível.

No decurso da reunião abordaram-se ainda questões que se prendem com: a prestação de cuidados de saúde, nomeadamente com a necessidade verificada de se providenciar para a ilha, uma especialista na área da ginecologia, que fosse do sexo feminino; a questão preocupante da falta de responsabilidade de alguns pais para com os filhos menores, e a falta de meios materiais para o trabalho cabal da Polícia Nacional; ou ainda com a sensação de desânimo e de falta de perspetivas, por que passam muitos jovens da ilha.

No final do encontro o Provedor de Justiça agradeceu a presença e disponibilidade de todos, reiterando que as questões trazidas e discutidas, seriam levadas à devida consideração das entidades competentes.

Conclusões:

A avaliação global da missão é positiva, tendo sido executada integralmente as atividades programadas.

O acolhimento, o apoio institucional, bem assim o engajamento do autarca da ilha do Maio e sua equipa foram determinantes para o sucesso da missão, objeto do presente relatório.

Das intervenções do Presidente da Câmara, responsáveis dos serviços desconcentrados do Estado, membros da sociedade civil, alunos e diretor da escola secundária visitada, ficou evidente a necessidade de se reforçar a aproximação do Provedor de Justiça aos cidadãos/municípios, bem assim as ações de sensibilização e divulgação deste órgão nas comunidades.

Foi confirmada a existência do ponto focal na Câmara. Por conseguinte, é necessário proceder à formação do mesmo, promovendo o conhecimento do órgão Provedor de Justiça; é igualmente necessário preparar e iniciar uma campanha de comunicação/divulgação dos pontos de acesso ao Provedor de Justiça.

O Provedor de Justiça teve já oportunidade de enviar nota de agradecimento ao Presidente da Câmara Municipal do Maio e à Direção da Associação dos Jovens Empresários.

Ficou evidente que será necessária uma melhor programação dos horários dos encontros com as diversas instituições e a disponibilização de uma agenda para as audiências durante as futuras missões.

Praia, 14 de junho de 2022